



SAPIENS -Revista de divulgação científica – UEMG CARANGOLA

v.1 n.02 – Outubro 2019

A TESSITURA DA TEIA

Caminhos e descaminhos nos Sertões do Macacu – Século XVIII

Vinicius Maia Cardoso¹

RESUMO:

O presente artigo trata de aspectos relacionados aos Sertões do Macacu, na capitania do Rio de Janeiro, na segunda metade do século XVIII, objeto de pesquisa de minha tese de doutoramento, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira. Através de acesso a um novo conjunto de fontes voltadas para essa região, o texto aborda sobre medidas de contenção de contrabando de ouro, além da constituição do “Caminho de Macacu”, o qual, em conjunto com o Caminho Velho”, por Paraty (RJ) e o Caminho Novo, por Petrópolis (RJ), integrava os acessos a Minas Gerais. O texto também traz um caso de controle de contrabando nesses Sertões através de um caso em particular.

PALAVRAS-CHAVE: Sertão do Macacu. Caminho de Macacu. Capitania do Rio de Janeiro

Introdução

Os Sertões do Macacu se constituíram, na segunda metade do século XVIII, como área de exploração aurífera tardia, território limitado a Sul pelo rio Macacu, a Norte pelo rio Paraíba do Sul, fronteira com Minas Gerais; a Oeste pela freguesia de Inhomirim (Magé); a Leste Campos dos Goytacazes e Macaé. Essa extensa região hoje abrangeria os territórios dos municípios de Bom Jardim, Cachoeiras de Macacu, Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Duas Barras, Macuco, Nova Friburgo, Santa Maria Madalena, São José do Vale do Rio Preto, São Sebastião do Alto, Sapucaia, Sumidouro, Teresópolis e Trajano de Moraes, com área estimada em 7.634 km².² A região dos Sertões, enquanto conquista, integrava o império colonial luso, monarquia pluricontinental formada por um reino e conquistas disseminadas pela América,

¹ Doutorando pelo Programada de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira – Campus Niterói (RJ), desenvolvendo a tese ““Pouco conhecido, montuoso e emboscado: poder e economia nos Sertões do Macacu - 1750 a 1800”, sob orientação da Prof.^a Dr^a Marcia Amantino. E-mail: maia-vinicius@hotmail.com

²Lista dos municípios do Rio de Janeiro por área. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_munic%C3%ADpios_do_Rio_de_Janeiro_por_%C3%A1rea. Acesso em: 02 de maio de 2015



SAPIENS -Revista de divulgação científica – UEMG CARANGOLA

v.1 n.02 – Outubro 2019

África e Ásia. Nas terras lusas, o rei, como na monarquia espanhola, era cabeça do corpo social e não se confundia com ele. Sociedade polissinodal e corporativa, ordenada pela disciplina católica, onde havia uma concorrência e negociação entre seus poderes, tanto no âmbito da administração da Coroa, quanto no poder senhorial e municipal. Nas conquistas, há também essa relação entre poder local e administração régia, através do governo-geral e depois, do vice-reino. (FRAGOSO, J; SAMPAIO, A.C.J, 2012, p.8-16). Relações alicerçadas através de uma “hierarquia social costumeira construída pela interação dos agentes sociais coevos, que partiam para a ação portando seus valores, porém modificados por suas experiências cotidianas”. (FRAGOSO, J; SAMPAIO, A.C.J, 2012, p.8-16)

Acerca das relações de poder, segundo Giovanni Levi, (2000, p.31) “o poder não é uma coisa”. Não está “acima” da sociedade ordenando as relações, mas é parte de um aspecto relacional entre agentes sociais interagindo de várias maneiras, na perspectiva que “a coação, material ou simbólica, consciente ou não, é, sem dúvida, de importância capital na regulação social; mas as pessoas obedecem também por outras razões, incluindo o interesse, o cálculo ou a estratégia. (FRAGOSO, J; GUEDES, R.; KRAUSE, T. 2011, p. 117 e 124-12) Sobre a agregação de um sistema social com relações de poder enquanto relação de troca, Fredrik Barth afirma que um comportamento humano de obediência não é uma aceitação mecânica das regras, mas ditado pelos valores de cada ator social e os resultados que se podem obter nessas relações. Se busca “entender o ponto de vista dos próprios atores, pois assim se percebe o sistema agregado não pela sofisticada operacionalidade e índices bem medidos, mas pelas categorias cognitivas compartilhadas e os valores dos participantes do sistema”. (BARTH, F., 1981, p.3) Compartilho igualmente a análise do exercício do poder de Ana Paula Pereira Costa, e corpos militares coloniais em Minas Gerais no século XVIII, quando cita Fredrik Barth no sentido que, é “inimaginável que qualquer participante de um sistema social seja tão constrangido pelas forças externas a si que suas ações sejam completamente predeterminadas em vez de afetadas por seu próprio entendimento, expectativas e conceitualizações a respeito dos eventos da vida social”. (COSTA, A. P. P., 2014, p.27)



SAPIENS -Revista de divulgação científica – UEMG CARANGOLA

v.1 n.02 – Outubro 2019

Entende-se ser possível analisar relações de poder nos Sertões do Macacu nesse aspecto relacional, admitindo sua configuração não unicamente como relação de dominação, mas também de troca, em que as participações dos agentes sociais não se estabelecem com obediência mecânica a forças externas, tornando o poder “uma coisa” acima dos pontos de vista dos próprios atores. Seu exercício não se restringe ao aspecto jurídico emanado exclusivamente do direito e circunscrito às análises de uma história do direito, definidor de um poder “descarnado”. Antônio Manuel Hespanha estabelece que “a nova história do poder tem destacado como as geometrias políticas variam com a escala de observação: como uma geometria observável a um nível macro não se reproduz, tal qual, a um nível micro. Antes aí pode aparecer completamente invertida”. (HESPANHA, A. M., 2000, p.33) A história do poder nos Sertões do Macacu não se separa de um campo relacional “onde agem forças instáveis e que estão sempre sendo reclassificadas (...) o poder (ou certas formas de poder) é a recompensa daqueles que sabem explorar os recursos de uma situação, tirar partido das ambiguidades e das tensões que caracterizam o jogo.” (LEVI. G., 2000, p.33)

Sobre sertões Cláudia Damasceno Fonseca (2011,p.52) entende que a origem do termo parece estar intimamente ligada à empresa colonial.³ Kalina Vanderlei Silva (2010, p.121), analisando regiões do Nordeste, afirma que sertão era espaço de refúgio para indígenas “que não podiam viver mais na costa, ou seja, no espaço da “civilização” (...) mais do que simplesmente o interior, o sertão era também a terra do gentio bravo, o que o tornava um lugar de perigos, além das promessas de riqueza. (SILVA, K.V., 2011, p.121)

Marcia Amantino (2008, p. 37-38), percebe que “nas definições para o termo sertão é que em todas, ainda que haja entre elas um distanciamento no tempo, aparece muito claramente a oposição entre costa e interior, assim como povoado e despovoado.”⁴ Haveria “uma área povoada, civilizada e controlada contrária a uma outra, selvagem, bárbara e despovoada de cristãos”. (AMANTINO, M., 2008, p. 37-38). Os sertões, portanto, não eram espaços “desertos”, mas povoados por índios

³ FONSECA, Cláudia Damasceno. Arraiais e Vilas D’El Rei. Espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: UFMG, 2011, p.52.

⁴ AMANTINO, Marcia. *O mundo das feras: os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – Século XVIII*. São Paulo: Annablume, 2008, p. 37-38



SAPIENS -Revista de divulgação científica – UEMG CARANGOLA

v.1 n.02 – Outubro 2019

“mansos” e os ainda não assimilados e uma série de outros agentes sociais. Para Amantino, um “mundo das feras.” (AMANTINO, M., 2008, p. 37-38).

O conceito de economia, por sua vez, se refere à sua estruturação na monarquia pluricontinental lusa em quadros da sociedade de Antigo Regime, com a “constituição de um mercado “imperfeito”, ou seja, não totalmente regulado pela oferta e procura, e onde a ação dos agentes não dependia apenas de seus recursos econômicos. (AMANTINO, M., 2008, p. 37-38). As relações econômicas, embora se perpetuassem no setecentos reproduzindo quadros da sociedade de Antigo Regime na Colônia, sofreria alterações, já que “aquela nobreza e suas práticas, como fenômenos majoritários, em algum momento da história colonial cederiam espaço para outras relações sociais.(FRAGOSO, J., p, 45-122)

A literatura sobre os Sertões para o século XVIII, em boa parte é voltada para análises e narrativas centradas na exploração aurífera no setecentos e ações do Estado luso na repressão aos contrabandos. Na maioria dos casos, a figura de maior destaque tem sido Manoel Henriques, o “Mão de Luva”, que se tornou o fulcro dessas narrativas.⁵ Mão de Luva, é personagem construída numa caracterização pendular entre bandido e herói, centro para uns, de uma “saga”, para outros “epopeia” e tornado como que um “*deus ex machina*” na história dos Sertões do Macacu, que “culmina” no surgimento de Cantagalo (RJ). Segundo Sebastião

⁵ Para referencias a Mão de Luva, ver: SOUZA, José Antônio Soares de. As minas do sertão de Macacu. Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, nº 326, janeiro a março. Brasília: Rio de Janeiro, 1980. DIAS, Acácio Ferreira. Terra de Cantagalo. Subsídio para a história do município de Cantagalo. Vol. II. 2ª ed. Niterói, 1981. DIAS, Acácio Ferreira. Terra de Cantagalo. Niterói, 1942. CARVALHO, Sebastião Antônio Bastos de. A Odisseia de Mão de Luva na Região Serrana Fluminense. [1991] 2ª ed.. Nova Friburgo: Centro de Estudos e Pesquisas Euclides da Cunha – CEPEC, 2013 (Há uma edição para 2015). ERTHAL, Clélio. Cantagalo. Da miragem do ouro ao esplendor do café. Niterói: Erthal, 1992. (Há uma 2ª edição pela Nitpress, em Niterói, para 2008). MAYER, Jorge Miguel. Mão de Luva: História e Lenda. Revista Tessituras. 6ª ed. Nova Friburgo, 2015-2016. SILVA, Célia Nonata da. Territórios de mando: banditismo em Minas Gerais, século XVIII. Belo Horizonte: Crisálida, 2007. ANASTASIA, Carla Maria Junho. A geografia do crime. Violência nas Minas Setecentistas. Belo Horizonte: UFMG, 2005. OLIVEIRA, Rodrigo Leonardo de Sousa. “Mão de Luva” e “Montanha”: bandoleiros e salteadores nos caminhos de Minas Gerais no século XVIII (Matas Gerais da Mantiqueira: 1755 - 1786). Dissertação de mestrado. Juiz de Fora: UFJF, 2008. PEIXOTO, Érika Mendonça. Santa Clara do Macuco e a metamorfose do trabalho (1850-1888). Dissertação de mestrado. Niterói: UNIVERSO, 2013. MELNIXENCO, Vanessa Cristina. Friburgo & Filhos: tradições do passado e invenções do futuro (1840-1888). Dissertação de Mestrado. UNIRIO: Rio de Janeiro, 2014. GOMES, Mauro Leão. Ouro, posseiros e fazendas de café. A ocupação e a degradação ambiental da região das Minas do Canta Gallo na Província do Rio de Janeiro. Tese de doutoramento. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.



SAPIENS -Revista de divulgação científica – UEMG CARANGOLA

v.1 n.02 – Outubro 2019

Antônio Bastos de Carvalho (CARVALHO, 2013), historiador cantagalense, “essa personagem estereotipada pela tradição oral e escrita.” sobre Manuel Henriques e seu bando como centro da história dos Sertões do Macacu gerou várias versões.” A Mão de Luva se atribuiu o perfil de bandeirante, bandido, desbravador, amigo ou inimigo de autoridades, etc. Trajetória épica que se encerra em sua teatral prisão após traído pelo canto do galo. Mas há outras personagens importantes na história dos Sertões do Macacu. Sobre a primeira concessão oficial dada para mineração nos Sertões do Macacu, segundo Rui Erthal, que esta, mesmo que contraditoriamente em áreas consideradas proibidas como relata o historiador, se fez “concessão a Maurício J. Portugal (1763), tendo como objetivo a descoberta de jazidas auríferas. Mas a concessão foi revogada (1765), quando foi detectada a presença de exploradores clandestinos. (...) (ERTHAL, S., 2006)

Para o controle desses Sertões funcionou uma rede de comunicações através da circulação de cartas, relatórios, relações e ofícios com informações visando a administração. Para Adriana Angelita da Conceição (2003, p.25), a escrita era vital não só porque através do recurso da fixação no papel se registravam, distribuía e se viabilizavam informações, “mas porque a escrita representava o distante, instruía, proporcionava desafogos e permitia o exercício da governança. O poder monárquico ultramarino foi efetivado em um ambiente disperso e com fragilidades impostas, especialmente pela distância.”⁶ A circulação de cartas rompendo distâncias entre Portugal, Rio de Janeiro, vila de Macacu, localidades no entorno dos Sertões e as próprias guardas, pousos e ranchos no seu interior, certamente conviveu com imprevistos, atrasos pelo caminho e uma série de outros percalços. Contudo, essas mesmas circunstâncias não significariam impedimentos para trocas dessas informações, que foram copiadas e organizadas em cinco volumes, compondo o massivo conjunto de fontes que se constituíram no corpus documental principal e objeto da presente tese. Essas fontes, “*in totum*” compostas por cartas, relatórios, relações, plantas, diários de viagem e ofícios,

⁶ CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. A prática epistolar moderna e as cartas do vice-rei D. Luís de Almeida, o marques do Lavradio. Sentir, escrever e governar (1768-1779). São Paulo: Alameda, 2003, p.25.



apresentam um conjunto expressivo de informações ainda carentes de estudos aprofundados. Mais à frente elas serão abordadas, principalmente face um documento em especial.

As análises realizadas na pesquisa atravessam o recorte temporal de 1750 a 1800 e se inserem na administração de alguns vice-reis. De 1760 a 1763, Junta governativa (Tomás Rubi de Barros Barreto, José Carvalho de Andrade e Gonçalo Xavier de Barros e Alvim); de 1763 a 1767, D. Antônio Álvares da Cunha (1º Conde da Cunha); de 1769 a 1778, D. Luís de Almeida Silva Mascarenhas (2º Marques do Lavradio); de 1779 a 1790, D. Luís de Vasconcelos e Sousa (4º Conde de Figueiró) e 1790 a 1801, José Luís de Castro (2º Conde de Resende). Veremos neste artigo, de forma superficial, dado o espaço disponível, como se deram ações de alguns desses vice-reis e demais agentes sociais em seus esforços para controlar os Sertões do Macacu.

O golpe do conde da Cunha

Em Lisboa, no ano de 1779, o então secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, escreveu um longo ofício com Instruções ao novo vice-rei, Luís de Vasconcelos Sousa, recentemente empossado quando da saída do seu antecessor no governo do Estado do Brasil, o marquês do Lavradio, em 1778. Na carta, Melo e Castro deu instruções a Luís de Vasconcelos. Entre elas, a de que “os contrabandos e descaminhos não são só a ruína dos úteis Vassallos, mas o que arruínam o Real Patrimônio destinado à Causa Pública, e os que se fazem no Rio de Janeiro, sendo principalmente em ouro e diamantes.”⁷ A preocupação do secretário da Marinha e Ultramar com os descaminhos do ouro na região dos Sertões do Macacu receberia as atenções do vice-rei Luís de Vasconcelos. Em ofício de 1779, o secretário apresentou a Luís de Vasconcelos uma memória do que já havia transcorrido

⁷ CASTRO, Martinho de Melo e. [Instruções ao vice-rei Luís de Vasconcelos e Souza para o seu governo do Rio de Janeiro]. [S.l.:s.n.], 27 jan. 1779. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1459102/mss1459102.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2018.



SAPIENS -Revista de divulgação científica – UEMG CARANGOLA

v.1 n.02 – Outubro 2019

sobre a exploração do ouro nos Sertões do Macacu, o seu contrabando e sobre o que a Coroa já realizara desde o governo do conde da Cunha, em sua gestão, de 1763 a 1767.⁸

Nesse ofício, o secretário de Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro informou a Luís de Vasconcelos que “por tradição dos antigos Paulistas e por outros diferentes acontecimentos, se tinha por certo que nos Sertões que ficam da outra parte da Serra dos Órgãos, pelo Rio Paraíba, havia grande quantidade de ouro.”⁹ Contou ainda que devido a “notícias” veiculadas por um índio que trouxera amostras de ouro a Maurício José Portugal, “morador nas Cachoeiras de Macacu, pediu esta licença ao governador interino do Rio de Janeiro no ano de 1763, depois do falecimento do conde de Bobadela, para ir fazer um Descobrimento nos referidos Sertões, a qual lhe foi concedida...”¹⁰ Em resumo, a junta do governo interino sediado na recente capital da Colônia no Rio de Janeiro havia autorizado a

⁸ 1785, Janeiro 8, [Lisboa]. Ofício (minuta) do [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro, ao [vice rei do Estado do Brasil] Luís de Vasconcelos Sousa, ordenando que prenda os contrabandistas e extraviadores, cujo o líder é Manoel Henriques, conhecido pela alcunha de mão de luva, que estão contrabandeando o ouro descoberto nos Sertões do Macacu; que as terras dessa região sejam divididas entre os honestos vassallos; que envie as tropas para ocupar e guarnecer os postos e passagens da cachoeira de Macacu e as principais entradas e distritos de Cabo Frio e dos Campos dos Goitacazes, procedendo a um minucioso exame dos sítios e lugares onde os referidos contrabandistas possuíam seus abrigos, lavras de ouro e roças, fazendo uma carta topográfica com toda a brevidade que puder. AHU-Rio de Janeiro, cx. 135, docs. 8, 4, 5. AHU_ACL_CU_017, Cx. 125, D. 10012

⁹ 1785, Janeiro 8, [Lisboa]. Ofício (minuta) do [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro, ao [vice rei do Estado do Brasil] Luís de Vasconcelos Sousa, ordenando que prenda os contrabandistas e extraviadores, cujo o líder é Manoel Henriques, conhecido pela alcunha de mão de luva, que estão contrabandeando o ouro descoberto nos Sertões do Macacu; que as terras dessa região sejam divididas entre os honestos vassallos; que envie as tropas para ocupar e guarnecer os postos e passagens da cachoeira de Macacu e as principais entradas e distritos de Cabo Frio e dos Campos dos Goitacazes, procedendo a um minucioso exame dos sítios e lugares onde os referidos contrabandistas possuíam seus abrigos, lavras de ouro e roças, fazendo uma carta topográfica com toda a brevidade que puder. AHU-Rio de Janeiro, cx. 135, docs. 8, 4, 5. AHU_ACL_CU_017, Cx. 125, D. 10012.

¹⁰ 1785, Janeiro 8, [Lisboa]. Ofício (minuta) do [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro, ao [vice rei do Estado do Brasil] Luís de Vasconcelos Sousa, ordenando que prenda os contrabandistas e extraviadores, cujo o líder é Manoel Henriques, conhecido pela alcunha de mão de luva, que estão contrabandeando o ouro descoberto nos Sertões do Macacu; que as terras dessa região sejam divididas entre os honestos vassallos; que envie as tropas para ocupar e guarnecer os postos e passagens da cachoeira de Macacu e as principais entradas e distritos de Cabo Frio e dos Campos dos Goitacazes, procedendo a um minucioso exame dos sítios e lugares onde os referidos contrabandistas possuíam seus abrigos, lavras de ouro e roças, fazendo uma carta topográfica com toda a brevidade que puder. AHU-Rio de Janeiro, cx. 135, docs. 8, 4, 5. AHU_ACL_CU_017, Cx. 125, D. 10012.



SAPIENS -Revista de divulgação científica – UEMG CARANGOLA

v.1 n.02 – Outubro 2019

Maurício José Portugal que minerasse nos Sertões do Macacu. Melo e Castro informou a Vasconcelos Sousa que um seu mais antigo antecessor no vice-reinado, o conde da Cunha,

(...) tendo notícia do dito Descobrimento, dera conta dele a esta Corte, dizendo, como se depreende da Resposta que daqui se lhe fez, que o referido Descobrimento era no sítio da Serra dos Órgãos; e talvez, que por se considerar ser o dito sítio muito próximo dessa Capital, se lhe expediram Ordens as mais positivas, e expressivas, em 31 de Janeiro de 1765 para proibir o mencionado Descobrimento, e vedar de sorte aqueles lugares, que não ficasse nem Memória de que ele se houvesse intentado.¹¹

Após o conde da Cunha informar à Corte sobre a autorização dada a José Maurício Portugal, o então secretário da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado escreveu-lhe, de Portugal), outra carta, em 31 de janeiro de 1765,

Foi presente a Sua Majestade, a Carta de V. Excia. que trouxe a data de vinte e seis de Dezembro de mil sete centos e sessenta e três, sobre o Descobrimento do ouro que alguns moradores da Vila de Santo Antônio de Macacu, haviam feito no sítio da Serra dos Órgãos, com permissão do Intendente Geral dessa Capitania sem que este a participasse a V. Excia. O mesmo Senhor foi servido determinar a V. Excia faça vedar este Descobrimento com toda força, e o mande vigiar por Ministros e Oficiais Militares, que todos devem informar a V. Excelência para que não haja alguma contravenção nesta Ordem. Porquanto sua Majestade proíbe com a mais positiva defesa, que se trate de tal Descobrimento ordenando que muito pelo contrário, se extingam até as memórias do que se intentou aplicando-se a isso todos os meios praticáveis.¹²

O conde da Cunha mandou arrasar as fazendas na entrada da serra dos Órgãos. O Mapa 1 registra essas propriedades com a legenda “Fazendas q se demolirão”. Tentava o

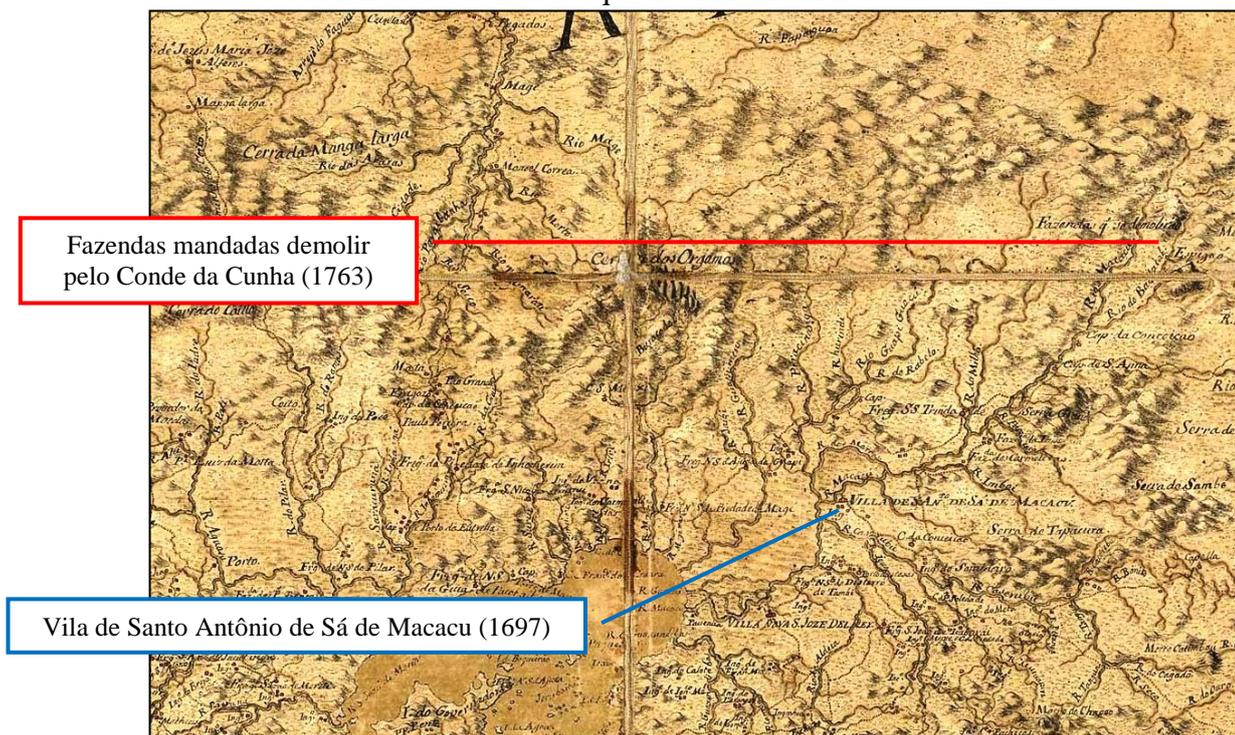
¹¹ 1785, Janeiro 8, [Lisboa]. Ofício (minuta) do [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro, ao [vice rei do Estado do Brasil] Luís de Vasconcelos Sousa, ordenando que prenda os contrabandistas e extraviadores, cujo o líder é Manoel Henriques, conhecido pela alcunha de mão de luva, que estão contrabandeando o ouro descoberto nos Sertões do Macacu; que as terras dessa região sejam divididas entre os honestos vassallos; que envie as tropas para ocupar e guarnecer os postos e passagens da cachoeira de Macacu e as principais entradas e distritos de Cabo Frio e dos Campos dos Goitacazes, procedendo a um minucioso exame dos sítios e lugares onde os referidos contrabandistas possuíam seus abrigos, lavras de ouro e roças, fazendo uma carta topográfica com toda a brevidade que puder. AHU-Rio de Janeiro, cx. 135, docs. 8, 4, 5. AHU_ACL_CU_017, Cx. 125, D. 10012

¹² Cópia da Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao Vice Rei Conde da Cunha. Rio de Janeiro. 6 de julho de 1781. Documento Nº 2. Correspondência e documentos relativos às novas minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente geral Manuel Pinto da Cunha e Souza. Rio de Janeiro: [s.n.], 1786 - 1790. 5 vol. (1338 p.), Cópia. Localização: Manuscritos - 09,03,017-021. (01, 26, 130)



Estado impedir as explorações auríferas antes autorizadas a Maurício José Portugal e de um único golpe varrer as sediciosas teias.

MAPA 1 – Fazendas que se demoliram nos Sertões do Macacu¹³



Na área devassada, ao que indicam as fontes, já havia ocupações antes mesmo da notícia de existência de ouro nos Sertões do Macacu. Não apenas José Mauricio Portugal possuía terras nas áreas proibidas e mandadas esvaziar pelo conde da Cunha.

Abrindo um pequeno parêntesis, no posterior governo do vice-rei Luís de Vasconcelos (1779-1790), seria dada, por intermédio da publicação de um Bando, autorização para a abertura dos Sertões, antes vedados pelo conde da Cunha, a interessados em minerar e produzir agricultura, o que motivou que antigos donos de terras ou seus herdeiros na região entrassem com pedidos para reaver seus direitos de posse. Os pedidos começaram a ser feitos em 1787, um ano após o início das ações de controle do sertão por parte de Luís de

¹³ ROSCIO, Francisco João. Carta corographica da capitania do Ryo de Janeyro, capital dos estados do Brasil. 1777. 1 mapa ms., desenho a nanquim, 58 x 94,5cm em f. 60 x 96,5. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart534317/cart534317.html>. Acesso em: 2 jun. 2018.



SAPIENS -Revista de divulgação científica – UEMG CARANGOLA

v.1 n.02 – Outubro 2019

Vasconcelos e Sousa. Dentre esses pedidos, apresento o de Inácio da Veiga de Barbuda, morador em Guapiaçu, localidade do Distrito de Macacu, que requereu a restituição de “450 braças de testada com três léguas de sertão.”¹⁴ A fonte traz o número de fazendas arrasadas:

no tempo em que governava este Estado o Ilmo. Exmo. Sr. Conde da Cunha, foram mandadas arrasar por Ordem de Sua Majestade cinco Fazendas no Distrito daquela Vila, ficando aquele vasto território proibido, e vedado, não só aos proprietários dele, mas também a outra qualquer pessoa, no qual foram compreendidas quatrocentas e cinquenta braças de terras, citas nas Cachoeiras de Macacu, fazendo a testada no Rio Grande e o sertão pelas partes de Saquarema...”¹⁵

Portanto, já havia um movimento anterior de ocupação da região em direção aos sertões, com o estabelecimento de propriedades em suas franjas. Fronteira móvel que ia ocupando, estabelecendo produções agrícolas, extrativas, contato com os indígenas etc. Encerrado nosso parêntesis e retornando ao período do fechamento dos Sertões pelo conde da Cunha (1765), era então proibido minerar nos descobrimentos na capitania do Rio de Janeiro desde 1730, por ordem do rei D. João V, em carta ao governador Luís Vahia Monteiro:

(...) Fui servido resolver que estes [descobrimientos] se não façam por hora em sítios totalmente separados e em distância grande das Minas que hoje há descobertas, sem expressa licença minha; para que dando-se-me primeiro conta possa tomar as informações necessárias, e a vista delas resolver se é conveniente continuarem-se os Ditos Descubrimientos. O que tudo mando participar-vos para que o tenham entendido e executeis na parte que vos tocar. Escrita em Lisboa ocidental a oito de Fevereiro de mil sete centos e trinta. Rei. Para o Governador da Capitania do Rio de Janeiro.¹⁶

¹⁴ Requerimento de Inácio da Veiga de Barbuda. Apresentação de título; Rio São João - Santo Antônio de Sá – RJ. BR RJANRIO BI.0.R15.2613 - Dossiê 1787. Disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1309841&v_a_ba=1. Acesso em 26.05.2019

¹⁵ Requerimento de Inácio da Veiga de Barbuda. Apresentação de título; Rio São João - Santo Antônio de Sá – RJ. BR RJANRIO BI.0.R15.2613 - Dossiê 1787. Disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1309841&v_a_ba=1. Acesso em 26.05.2019

¹⁶ Cópia de Carta do Rei D. João V ao Governador do Rio de Janeiro Luís Vahia Monteiro, em 08 de fevereiro de 1730. Correspondência e documentos relativos às novas minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente geral Manuel Pinto da Cunha e Souza. Rio de Janeiro: [s.n.], 1786 - 1790. 5 vol. (1338 p.), Cópia. Localização: Manuscritos - 09,03,017-021. (01, 153, 143)



. Embora a ação do conde da Cunha, em 1765, buscasse vedar os sertões, expulsar antigos moradores e tornar Maurício José Portugal criminoso, pouca coisa adiantaria esse golpe. Só aparentemente se desfizera a teia dos Sertões do Macacu.

Acautelar as entradas dos sertões

Em 1779, visando evitar entradas nos Sertões do Macacu, o então desembargador intendente geral do ouro Manoel Pinto da Cunha e Souza encaminhou ao novo vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa relatórios sobre os Sertões do Macacu escritos por mestres de campo que haviam sido contemporâneos às ações do conde da Cunha:

Para dar a providencia sobre a diligencia com que se pretende acautelar as entradas e saídas com que muitas pessoas tem penetrado os Sertões das Novas Minas de Macacu mandei ouvir por escrito os Mestres de Campo daqueles Distritos, Miguel Antunes Ferreira, Alexandre Alves Duarte e Azevedo e Bartholomeu José Vahia, os quais me enviaram os seus pareceres junto que remeto a V. Excia. para que, juntando aos mais Papéis desta mesma natureza me haja de informar sobre os mesmos com o seu parecer.¹⁷

Em seu relatório, o mestre de campo Miguel Antunes Ferreira, informou que já tinha enviado as mesmas informações ao vice-rei marques do Lavradio, pois antes havia tido “a honra de me ordenar o Ilustríssimo Excelentíssimo Senhor Conde da Cunha Vice Rei que foi deste Estado, [que] penetrasse aqueles matos afim de averiguar a natureza deles e adquirir a certeza das notícias que corriam daquelas Minas...”¹⁸ Abaixo, o relato do mestre de campo:

Na conformidade das Ordens, fiz entrada pelas Cachoeiras do Rio Macacu junto a Serra dos Órgãos donde se achavam estabelecidos e afazendados Maurício José Portugal, João Correa Marvão, e outros cujas casas, e Fazendas pelas Ordens do mesmo Excelentíssimo Senhor Conde Vice Rei foram demolidas e arrasadas, e seguindo o destino por caminho pouco tratável, encontrei no primeiro dia de marcha um pouco de Gentio Bárbaro e nele dois Índios, duas Índias, e algumas crianças,

¹⁷ Cópia da Carta do Desembargador Intendente Geral Manoel Pinto da Cunha e Sousa ao Vice Rei Luís de Vasconcelos Sousa. Rio de Janeiro. 25 de agosto de 1779. Documento Nº 7. Correspondência e documentos relativos às novas minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente geral Manuel Pinto da Cunha e Souza. Rio de Janeiro: [s.n.], 1786 - 1790. 5 vol. (1338 p.), Cópia. Localização: Manuscritos - 09,03,017-021. (01, 131, 135)

¹⁸ Cópia da Carta do Desembargador Intendente Geral Manoel Pinto da Cunha e Sousa ao Vice Rei Luís de Vasconcelos Sousa. Rio de Janeiro. 25 de agosto de 1779. Documento Nº 7. Correspondência e documentos relativos às novas minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente geral Manuel Pinto da Cunha e Souza. Rio de Janeiro: [s.n.], 1786 - 1790. 5 vol. (1338 p.), Cópia. Localização: Manuscritos - 09,03,017-021. (01, 131, 135)



SAPIENS -Revista de divulgação científica – UEMG CARANGOLA

v.1 n.02 – Outubro 2019

mimoseando, e agasalhando a todos, persuadi a me acompanharem os dois Índios. Seguindo o mesmo Caminho e subindo logo a Serra dos Órgãos fui da parte d'além em dois dias de Marcha em uma Povoação do Reverendo Conego Antônio Lopes Xavier em cujo sítio achei um Feitor branco, alguns escravos, e cópia grande de criações e mantimentos, que tudo também foi evacuado e demolido pelas mesmas Ordens de Sua Excelência; sendo aquela última Povoação do Continente de Macacu. Deste Sítio segui a Picada do Gentio única saída que achei por ser aquele lugar todo rodeado de uma impenetrável Serrania, e prosseguindo por inacessíveis montanhas e perigosas Cachoeiras, com doze dias de marcha fui dar a Cachoeira do Rio Grande, assim chamado pelo gentio, de cujo lugar avistei em pequena distancia a chamada Serra dos Lançães, Serra que os antigos Paulistas Mineiros fazem a esperança dos maiores haveres (...). Esta, Senhor, é a informação que dei ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Marques do Lavradio e tenho a honra de por agora na presença de V. Excia.¹⁹

Muitas informações sobre os Sertões do Macacu haviam então sido produzidas desde a ação do conde da Cunha e chegado ao conhecimento do seu sucessor, o marques do Lavradio e deste, ao vice-rei Luís de Vasconcelos e Souza. Havia portanto, atravessado a gestão do rei D. José I e seu secretário o marques de Pombal e continuariam no reinado de D. Maria I. A troca de correspondências referentes aos Sertões do Macacu, foi intensa. Cito dois exemplos presentes nas fontes: em julho de 1781, ofício com memórias sobre os Sertões do Macacu escritas por Manoel Soares Coimbra, desembargador intendente geral dos Sertões, a Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado da Marinha e Ultramar. Juntas, quinze cópias de documentos com informações recolhidas desde o governo do conde da Cunha.²⁰ Em janeiro de 1785, de Portugal, o secretário de Estado Martinho de Melo e Castro escreveu ao vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa carta com vinte e seis itens com mais dados recolhidos a respeito dos Sertões do Macacu. Verdadeiros “dossiês” escritos devido às trocas de correspondências nas gestões dos vice-reis, com “considerações que presentemente podem

¹⁹ Cópia da Carta do Mestre de Campo Miguel Antunes Ferreira Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao Vice Rei Conde da Cunha. Rio de Janeiro. 6 de julho de 1781. Documento Nº 2. Correspondência e documentos relativos às novas minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente geral Manuel Pinto da Cunha e Souza. Rio de Janeiro: [s.n.], 1786 - 1790. 5 vol. (1338 p.), Cópia. Localização: Manuscritos - 09,03,017-021. (01, 26, 130)

²⁰ Cópia da Carta do Mestre de Campo Miguel Antunes Ferreira Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao Vice Rei Conde da Cunha. Rio de Janeiro. 6 de julho de 1781. Documento Nº 2. Correspondência e documentos relativos às novas minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente geral Manuel Pinto da Cunha e Souza. Rio de Janeiro: [s.n.], 1786 - 1790. 5 vol. (1338 p.), Cópia. Localização: Manuscritos - 09,03,017-021. (01, 26, 130)



lembrar sobre o importante negócio que faz o objeto desta Carta.”²¹ Ao receber a carta, Luís de Vasconcelos escreveu, em dezembro de 1785 ao governador de Minas Gerais, Luís da Cunha Menezes, para combinar ações de repressão a contrabandistas nos sertões. Informava ter recebido ordens de Lisboa: “Nestas se me determina que havendo V., Mercê, como lhe é ordenado de fazer, e atacar nas suas próprias habitações, e lavras, e lançar fora delas os ditos facinorosos prendendo-se os que se puderem colher...”²²

Entrando no brejo: a emboscada no mangue

Em 1786, encontraremos o tenente Faustino, militar incumbido da missão de vedar uma das possíveis entradas nos Sertões do Macacu, a caminhar com sua tropa pelo brejo, em busca de contrabandistas. As suspeitas recaíam em Luiz Francisco, residente nas regiões baixas do rio Macacu, já que os amplos Sertões possuíam vários locais por onde era possível penetrar. A missão de Faustino: buscar por Dionísio Lopes, Joaquim Lopes e o citado Luiz Francisco. Cumpria essa missão sob as ordens do seu superior, o tenente-coronel Manoel Soares Coimbra. Este último, em carta de 12 de março de 1786, havia então sido nomeado pelo vice-rei Luís de Vasconcelos Sousa como “Chefe e Comandante das mais diligências que se devem fazer por estes Distritos”.²³ Recebera Coimbra importante missão:

O objeto principal da diligencia de que é encarregado se dirige essencialmente o ocupar e guarnecer todos os Portos e Passagens, que lá se podem descobrir do referido Sertão para os diversos Distritos desta Capital, afim de que os sobreditos Contrabandistas no caso de não serem surpreendidos dentro de seus próprios Alojamentos, e pelos lugares, em que forem atacados pelas tropas de Minas não

²¹ Carta que veio da Corte dirigida ao Ilmo. e Exmo. Sr. Vice Rei deste Estado a respeito das Novas Minas de Macacu. 08 de janeiro de 1785. Correspondência e documentos relativos às novas minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente geral Manuel Pinto da Cunha e Souza. Rio de Janeiro: [s.n.], 1786 - 1790. 5 vol. (1338 p.), Cópia. Localização: Manuscritos - 09,03,017-021. (01, 00113, 127)

²² Trecho de Carta do vice-rei Luís Vasconcelos Sousa ao Sr. Luís da Cunha Menezes. Rio, 24 de dezembro de 1785. Correspondência e documentos relativos às novas minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente geral Manuel Pinto da Cunha e Souza. Rio de Janeiro: [s.n.], 1786 - 1790. 5 vol. (1338 p.), Cópia. Localização: Manuscritos - 09,03,017-021. (01,00159,148). (01, 00159, 147)

²³ Carta do vice-rei Luis de Vasconcelos Sousa ao tenente-coronel Manoel Soares Coimbra, em 12 de março de 1786. Correspondência e documentos relativos às novas minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente geral Manuel Pinto da Cunha e Souza. Rio de Janeiro: [s.n.], 1786 - 1790. 5 vol. (1338 p.), Cópia. Localização: Manuscritos - 09,03,017-021. (01, 159, 148)



SAPIENS -Revista de divulgação científica – UEMG CARANGOLA

v.1 n.02 – Outubro 2019

possam escapar-se pelos Sítios e Picadas praticáveis e já conhecidas, que lhe parecerem mais próprias para sua retirada.²⁴

Em 28 de junho de 1786, Coimbra escreveu ao vice rei Luis de Vasconcelos e Sousa: “Nas diligências que tenho feito por Joaquim Lopes e Dionízio Lopes, e os mais sequazes, segundo as Instruções de V. Excia. vim a saber que um destes dois tinha amizade com a filha de um Luiz Francisco morador nas Cachoeiras de Macacu...” E mais, que, “passados alguns dias soube que os contrabandistas se achavam em um Rancho no mato imediato a casa do dito Luiz Francisco onde vinham algumas noites.”²⁵ Dionizio, Joaquim Lopes e outros, teriam usado a casa de Luiz Francisco e esposa, Rosa Maria do Sacramento, para reuniões. Arquitetara-se o plano: com o pretexto de buscar farinha para um dos Registros, o tenente Faustino deveria “com três Inferiores e três Soldados capazes” ir uma noite cercar a casa e prender os Lopes, “conforme o Aviso que lhe desse um Sargento de Auxiliares capaz a quem encarreguei de procurar ocasião oportuna vindo disfarçadamente dar aviso ao dito Tenente”.

A teia fora tecida: “Também lhe ordenei que no caso de prender a estes homens também devia prender ao tal Luiz Francisco e sua mulher.”²⁶ Próxima ao local do combate se situava, a pouca distância, a antiga Vila de Santo Antônio de Sá fora escolhida pelo vice-rei como o centro das operações de penetração e controle dos vastos Sertões. Nela, o capitão mor Joaquim José da Fonseca era responsável em tudo prover e inclusive obter homens para as tropas Auxiliares, canoas e “bestas” para transporte, escravos, alimentos, ferramentas, etc. Ao chegar ao local e não achar quem procurava, decidiu iniciar a perseguição em meio aos

²⁴ Carta do vice-rei Luis de Vasconcelos Soiusa ao tenente-coronel Manoel Soares Coimbra, em 12 de março de 1786. Correspondência e documentos relativos às novas minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente geral Manuel Pinto da Cunha e Souza. Rio de Janeiro: [s.n.], 1786 - 1790. 5 vol. (1338 p.), Cópia. Localização: Manuscritos - 09,03,017-021. (01, 159, 148)

²⁵ Cópia da Carta do Desembargador Intendente Geral Manoel Soares Coimbra ao Vice Rei Luís de Vasconcelos Sousa. Registro da Fazenda do Cônego, 28 de junho de 1786. Correspondência e documentos relativos às novas minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente geral Manuel Pinto da Cunha e Souza. Rio de Janeiro: [s.n.], 1786 - 1790. 5 vol. (1338 p.), Cópia. Localização: Manuscritos - 09,03,017-021. (01, 018, 19)

²⁶ Cópia da Carta do Desembargador Intendente Geral Manoel Soares Coimbra ao Vice Rei Luís de Vasconcelos Sousa. Registro da Fazenda do Cônego, 28 de junho de 1786. Correspondência e documentos relativos às novas minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente geral Manuel Pinto da Cunha e Souza. Rio de Janeiro: [s.n.], 1786 - 1790. 5 vol. (1338 p.), Cópia. Localização: Manuscritos - 09,03,017-021. (01, 018, 19)



alagados. Pela manhã, a tropa militar avançou em meio ao brejo nas regiões alagadiças junto à margem do Macacu. Após o insucesso de não encontrar os sediciosos na casa, decidira o tenente, sem temor e talvez prudência, enfrentar o brejo extenso atrás dos suspeitos. Em seu afã de cumprir a missão, caiu na emboscada. Na guarda da Fazenda do Cônego, situada após a vertente da serra dos Órgãos, o tenente coronel Manoel Soares Coimbra, em posterior carta ao vice rei descreveu o combate. Reparti a narrativa em quatro episódios:

Episódio 1: o brejal impenetrável :

(...) e que, resolvendo-se ele mesmo Tenente [José Faustino] a cercar o mesmo mato, por ser uma pequena Capoeira na margem do Rio Macacu distante da Vila duas léguas e meia com pouca diferença assim o fizera, esperando que amanhecesse, e que entrando na dita Capoeira achara somente o Rancho onde tinham quatro Camas e alguns trastes, que pela brevidade com que faço esta não mando a V. Excia. a Relação deles porque ainda não chegaram a minha vista, e que fazendo diligência por ver se descobria o rastro por onde tivessem saído, o encontrara na margem do Rio até o outro lado o qual seguira sem embargo de ser por um Brejal impenetrável²⁷

Episódio 2: a estratégia

por lhe certificar um Auxiliar Prático daquele Terreno que ele dito Tenente os atacasse ali porque no interior daquele Brejo havia um lugar seco, onde eles naturalmente haviam parar para se livrarem dos atoleiros, e que dispendo a Tropa para atacar por diferentes partes, entrara ele por uma delas com o Auxiliar que o Guiava, um Sargento Auxiliar, um Furriel e dois Soldados pagos e um Sargento Auxiliar, e dois Soldados,²⁸

Episódio 3: a derrota

e tendo andado bastante pelos grandes atoleiros sem chegar ao lugar enxuto, lhe dispararam de improviso duas armas amparadas de umas raízes grandes e uns paus que lhe serviam de trincheira, de cujos tiros ficara ferido ele dito Tenente no braço direito recebendo nele um bastardo, entre a munheca e o cotovelo, e outro junto ao covado, que não penetrou muito, supondo ter aquele penetrado duas polegadas pelo interior do mesmo braço não há perigo: e que ao Soldado José de Almeida, do meu Regimento Companhia de Brigadeiro o chumbaram pela Cabeça de forma que logo caiu morto, e que também outro Soldado pago fora tocado na testa de um grão de

²⁷ Trecho da Carta do Tenente Coronel Manoel Soares Coimbra ao Vice Rei Luís de Vasconcelos Souza. Registro da Fazenda do Cônego, 29 de junho de 1786. Correspondência e documentos relativos às novas minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente geral Manuel Pinto da Cunha e Souza. Rio de Janeiro: [s.n.], 1786 - 1790. 5 vol. (1338 p.), Cópia. Localização: Manuscritos - 09,03,017-021. (01, 022, 24)

²⁸ Trecho da Carta do Tenente Coronel Manoel Soares Coimbra ao Vice Rei Luís de Vasconcelos Souza. Registro da Fazenda do Cônego, 29 de junho de 1786. Correspondência e documentos relativos às novas minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente geral Manuel Pinto da Cunha e Souza. Rio de Janeiro: [s.n.], 1786 - 1790. 5 vol. (1338 p.), Cópia. Localização: Manuscritos - 09,03,017-021. (01, 022, 24)

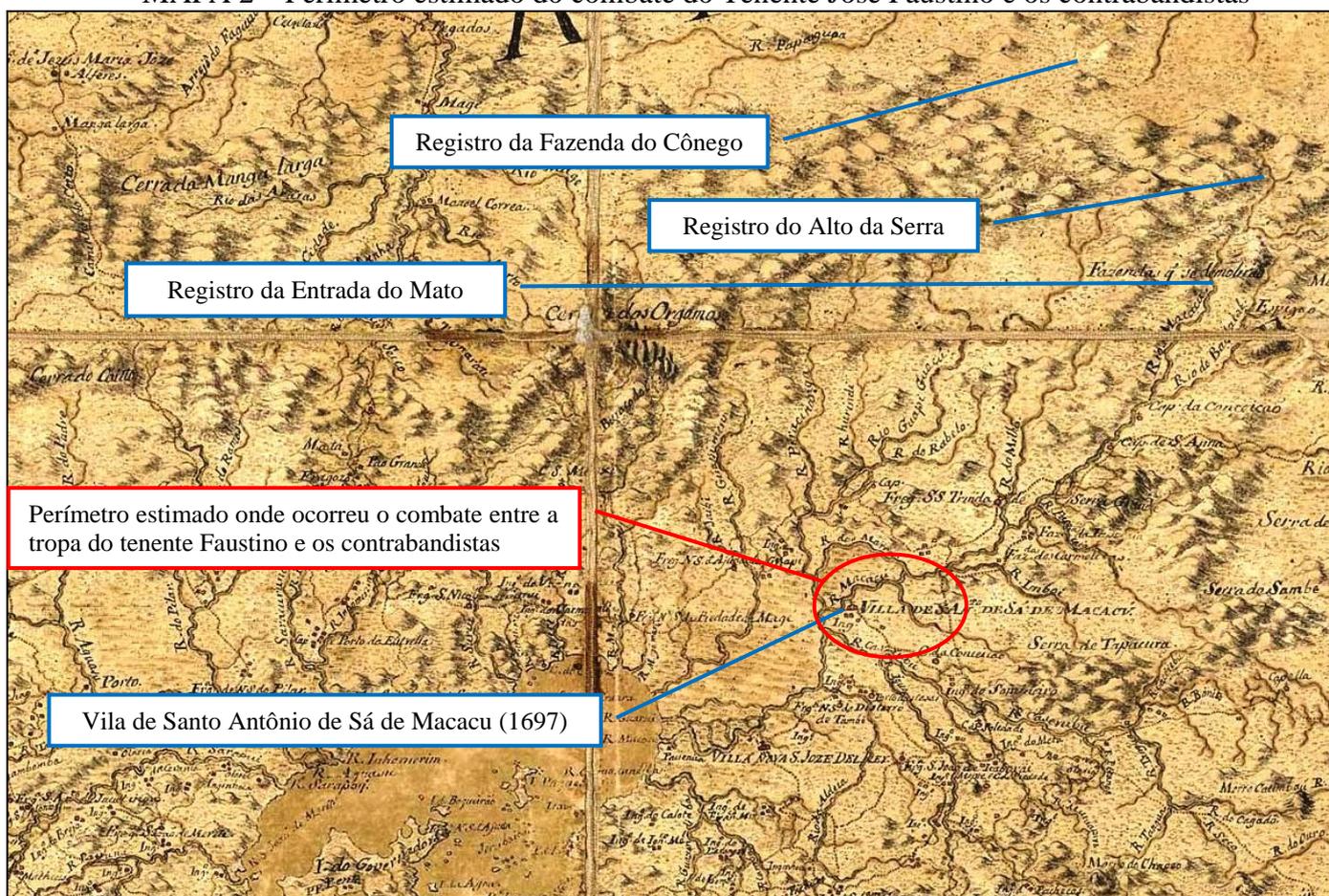


Chumbo porém que o não ofendera nem a um Auxiliar que também participou por um lado de alguns bagos de chumbo: e que este não esperado rebate disparara ele assim mesmo ferido uma Pistola e a Tropa mais Auxiliares as Espingardas.²⁹

Episódio 4: a fuga

Que os ditos Contrabandistas valendo-se do mesmo amparo das raízes e paus se puseram em fuga pelo Brejo sem ele os poder ver, nem seguir pelo impenetrável daquele Terreno, e que só chegara ao lugar de onde lhe tinham atirado no qual achara uma faca de mato e um porrete (...).³⁰

MAPA 2 – Perímetro estimado do combate do Tenente José Faustino e os contrabandistas³¹



³⁰ Trecho da Carta do Tenente Coronel Manoel Soares Coimbra ao Vice Rei Luís de Vasconcelos Souza. Registro da Fazenda do Cônego, 29 de junho de 1786. Correspondência e documentos relativos às novas minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente geral Manuel Pinto da Cunha e Souza. Rio de Janeiro: [s.n.], 1786 - 1790. 5 vol. (1338 p.), Cópia. Localização: Manuscritos - 09,03,017-021. (01, 022, 24)

³¹ ROSCIO, Francisco João. Carta corographica da capitania do Ryo de Janeyro, capital dos estados do Brasil. 1777. 1 mapa ms., desenho a nanquim, 58 x 94,5cm em f. 60 x 96,5. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart534317/cart534317.html>. Acesso em: 2 jun. 2018.



Humilhado pela derrota, com gente ferida e uma baixa fatal, o tenente Faustino retornou à casa de Luiz Francisco. Começaria aí a triste sorte de sua mulher e família, sobre os quais se abateria todo o poder do Estado.

(...) e que logo passara com a mais gente que o acompanhava a casa do dito Luiz Francisco onde tinha deixado o Ajudante Ângelo Soares, um Sargento e um Soldado com alguns Auxiliares de guarda, e prendera os quatro filhos, a Mãe, duas filhas e uma escrava, ficando a outra escrava, e dois meninos entregues a guarda que ali ficou até chegar o Juiz Ordinário para inventariar o que se acha na dita Casa, e que remetera os presos para a Cadeia de Macacu a ordem de V. Excia (...)³²

Luiz Francisco e sua família caíram na teia do Estado, que buscava controlar e desfazer os nós de rebeldia. O destino desta família, que se soma à intrincada trama de relações presentes nos Sertões do Macacu, será apresentados quando da conclusão da tese.

Mais que prender sediciosos: o perigo externo

O acesso à “Correspondência e documentos relativos às Novas Minas de Macacu do Rio de Janeiro”³³, trouxe perspectivas de análise que ultrapassam a ação do Estado português circunscrita à repressão de contrabandistas de ouro e controle do fisco. Tomada em seu conjunto, a “Correspondência” se vê constituída por cópias de 693 documentos que integram suas 1.338 páginas. Dentre esses documentos, uma carta se apresentou como primordial para o esforço de pesquisa e traz uma distinta orientação do Estado luso para tornar efetiva a ocupação, controle e repovoamento da extensa área dos Sertões do Macacu. Trata-se da “Carta que veio da Corte dirigida ao Ilmo. e Exmo. Sr. Vice Rei deste Estado a respeito das

³² Trecho da Carta do Tenente Coronel Manoel Soares Coimbra ao Vice Rei Luís de Vasconcelos Souza. Registro da Fazenda do Cônego, 29 de junho de 1786. Correspondência e documentos relativos às novas minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente geral Manuel Pinto da Cunha e Souza. Rio de Janeiro: [s.n.], 1786 - 1790. 5 vol. (1338 p.), Cópia. Localização: Manuscritos - 09,03,017-021. (01, 022, 24)

³³ Correspondência e documentos relativos às novas minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente geral Manuel Pinto da Cunha e Souza. Rio de Janeiro: [s.n.], 1786 - 1790.” Manuscritos - 09,03,017-021. 5 vol. (1338 p.) : Cópia” .Seção de Manuscritos. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Brasil.



SAPIENS -Revista de divulgação científica – UEMG CARANGOLA

v.1 n.02 – Outubro 2019

Novas Minas de Macacu. 08 de janeiro de 1785.”³⁴ A carta, escrita pelo secretário de Estado Martinho de Melo e Castro ao vice-rei do Brasil Luís de Vasconcelos e Sousa, veio como resposta a tantos outros documentos chegados do ultramar sobre os Sertões de Macacu. Nela foram minuciosamente listados e numerados vinte e seis itens, com informações sobre os sertões e com ordens determinadas.

Segundo Adriana Angelita da Conceição (2006, p.38-39), “a política colonial do século XVIII, para o contexto que os lusos vinham enfrentando, representava a esperança de fazer novamente de Portugal um território rico dentro do contexto europeu.” Neste sentido, “a coroa lusa dependia de sua colônia na América, bem como, a prática de escrita de cartas, como o único meio que comunicava os distantes, era a mantenedora dessa política interconectada entre metrópole e colônia.(CONCEIÇÃO, A.A., 2006, p.38-39) Essa carta é um exemplo dessa interconexão entre a Corte e o vice-reinado no Rio de Janeiro. Seus vinte e seis itens englobam informações coletadas em anos de experiências nos Sertões do Macacu e trocadas entre a Corte e o ultramar. Verdadeiro dossiê de 14 páginas com tudo o que era conhecido sobre os Sertões. Nela se tecem uma série de “considerações que presentemente podem lembrar sobre o importante negócio que faz o objeto desta Carta.”³⁵ Fonte basilar para estudos desses Sertões, demonstra a tessitura da teia de informações ligando os Sertões, as capitânicas do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Portugal.

O documento reúne informações transmitidas em outras cartas: uma de 28 de agosto de 1784, documentos enviados pelo governador da capitania de Minas Gerais e uma outra carta mais antiga, de 25 de agosto de 1781 apensada com outros tantos documentos. A distância não impedira que a Coroa de tudo soubesse. De forma geral, os demais itens

³⁴ Correspondência e documentos relativos às novas minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente geral Manuel Pinto da Cunha e Souza. Rio de Janeiro: [s.n.], 1786 - 1790. 5 vol. (1338 p.), Cópia. Localização: Manuscritos - 09,03,017-021. (01, 113, 127)

³⁵ Carta que veio da Corte dirigida ao Ilmo. e Exmo. Sr. Vice Rei deste Estado a respeito das Novas Minas de Macacu. 08 de janeiro de 1785. Correspondência e documentos relativos às novas minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente geral Manuel Pinto da Cunha e Souza. Rio de Janeiro: [s.n.], 1786 - 1790. 5 vol. (1338 p.), Cópia. Localização: Manuscritos - 09,03,017-021. (01, 113, 127)



SAPIENS -Revista de divulgação científica – UEMG CARANGOLA

v.1 n.02 – Outubro 2019

apresentam detalhada memória dos ocorridos a respeito dos Sertões.”³⁶ Por essa fonte se pode saber que antes mesmo da autorização a José Maurício Portugal, proprietários de terras e unidades de produção já ocupavam a área devassada, como já demonstrado. Não era ele o primeiro a ocupá-las, mas provavelmente o primeiro a ter revelado, pela solicitação pedida, a possibilidade de se encontrar não apenas o metal amarelo, “não sendo menos constante, que daquele Sertão não só se extraía muito ouro, mas que nele por informações de alguns Índios (...), também lavra Prata, Diamantes e outras Pedras preciosas.”³⁷ A proibição do conde da Cunha e o arrasar das fazendas excitou ainda mais a cobiça de exploradores, proporcionando, pela impossibilidade de controle do território, que se tornassem “os mesmos Extraviadores Senhores daquele importante Domínio; eles se terão procurado diferentes e multiplicadas saídas, e comunicações, além das já conhecidas...”³⁸ Apresenta ainda várias informações sobre o “Mão de Luva”, obtidas com o trabalho de mestres de campo: “Mandou V. Excia. proceder a uma Devassa pelo Intendente Geral e procurando ao mesmo tempo informar-se mais particularmente do referidos fatos pelos mestres de Campo Miguel Antunes Ferreira, Alexandre Álvares Duarte e Bartholomeu José Vahia...”³⁹ Esse documento também sustenta a presença da complexa teia de relações econômicas, sociais e de poder no interior dos Sertões do Macacu. Histórias interconectadas entre os Sertões e as áreas limítrofes de produção econômica, a cidade do Rio de Janeiro, outras capitanias como Minas Gerais, Espírito Santo,

³⁶ Carta que veio da Corte dirigida ao Ilmo. e Exmo. Sr. Vice Rei deste Estado a respeito das Novas Minas de Macacu. 08 de janeiro de 1785. Correspondência e documentos relativos às novas minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente geral Manuel Pinto da Cunha e Souza. Rio de Janeiro: [s.n.], 1786 - 1790. 5 vol. (1338 p.), Cópia. Localização: Manuscritos - 09,03,017-021. (01, 113, 127)

³⁷ Carta que veio da Corte dirigida ao Ilmo. e Exmo. Sr. Vice Rei deste Estado a respeito das Novas Minas de Macacu. 08 de janeiro de 1785. Correspondência e documentos relativos às novas minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente geral Manuel Pinto da Cunha e Souza. Rio de Janeiro: [s.n.], 1786 - 1790. 5 vol. (1338 p.), Cópia. Localização: Manuscritos - 09,03,017-021. (01, 113, 127)

³⁸ Carta que veio da Corte dirigida ao Ilmo. e Exmo. Sr. Vice Rei deste Estado a respeito das Novas Minas de Macacu. 08 de janeiro de 1785. Correspondência e documentos relativos às novas minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente geral Manuel Pinto da Cunha e Souza. Rio de Janeiro: [s.n.], 1786 - 1790. 5 vol. (1338 p.), Cópia. Localização: Manuscritos - 09,03,017-021. (01, 113, 127)

³⁹ Carta que veio da Corte dirigida ao Ilmo. e Exmo. Sr. Vice Rei deste Estado a respeito das Novas Minas de Macacu. 08 de janeiro de 1785. Correspondência e documentos relativos às novas minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente geral Manuel Pinto da Cunha e Souza. Rio de Janeiro: [s.n.], 1786 - 1790. 5 vol. (1338 p.), Cópia. Localização: Manuscritos - 09,03,017-021. (01, 113, 127)



Bahia, Pernambuco e Rio Grande de São Pedro, a Corte lusa e mesmo a Inglaterra. Vários locais de trânsito de contrabandistas se acham relacionados, já que o Sertão além...

da Serra dos Órgãos e Cachoeiras de Macacu, e entre os rios Paraíba e Paraíba até as Praias e Costa de Mar do mesmo Sertão, se achava penetrado e invadido por diferentes partes sendo as principais entradas, ou para melhor dizer, as que até aquele tempo se puderam conhecer, pelos Distritos mais chegados ao Rio de Janeiro, as da Cachoeiras do Macacu e Guapiaçu, e as de Inhomirim e Rios Paraíba e Magé; as mais chegadas a Minas Gerais, a de Cebolas no caminho das ditas Minas navegando pelo Rio Paraíba até a altura do Chopotó e as mais chegadas as Praias e Costa do Mar e as dos Rios Imbé, Macabu e Macaé, no Distrito dos Campos dos Goitacazes, e a do Rio de São João no Distrito de Cabo Frio.⁴⁰

A impraticável tarefa de vedar completamente o perímetro dos Sertões do Macacu é assumida no documento: “...e quando se lhes vedarem estas comunicações irão buscar outras das muitas que terão feito e descoberto, e que poderão fazer, e descobrir naquele dilatado Sertão...” Um território não ocupado facilitaria a movimentação, inclusive, de pessoas vinda das capitanias vizinhas de Minas Gerais, através das entradas pelo rio Paraíba, Espírito Santo e Bahia. A fonte informa que o “Mão de Luva” conseguira várias comparsas na sua atividade ilegal, e “muitos outros habitantes de Minas Gerais, com tanta relaxação, e desenvoltura, que não só passam sem alguma cautela; mas até os próprios Pais mandam seus Filhos para o novo Descobrimento, como eles lhe chamam...” Após descrever ações feitas por “Mão de Luva”, a carta de janeiro de 1785 traz uma situação que acrescenta outro motivador para controle das saídas dos Sertões do Macacu: “Nem também lhes será difícil buscar a saída dos mesmos Extravios pelos Portos de Mar do dito Sertão, que mediam entre Cabo Frio, Campos dos Goitacazes, e Paraíba, tais como os dos rios de São João, Macaé ou de São Pedro, e os das Barras do Furado”. Um perigo que “não pode deixar de haver naquela desamparada, e abandonada Costa, toda ela acessível a Embarcações Nacionais e Estrangeiras.” Não apenas extravios de ouro, mas facilidades de comércio clandestino: “Nem será de admirar, que destes Sertões e por estes Canais saísse o convite para o Comercio clandestino com o ganho de 30 a

⁴⁰ Carta que veio da Corte dirigida ao Ilmo. e Exmo. Sr. Vice Rei deste Estado a respeito das Novas Minas de Macacu. 08 de janeiro de 1785. Correspondência e documentos relativos às novas minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente geral Manuel Pinto da Cunha e Souza. Rio de Janeiro: [s.n.], 1786 - 1790. 5 vol. (1338 p.), Cópia. Localização: Manuscritos - 09,03,017-021. (01, 113, 127)



50 por cento de que tratou o Consul Geral da Inglaterra, na Memória que apresentou a esta Corte de que falo a V. Excia em outra Carta.” Junto a essa estimativa, na visão do secretário de Estado da Marinha e Ultramar, “os Navios que com toda a publicidade se carregam em Londres com destino para o Brasil, de que também informo a V. Excia. na mesma Carta, sejam destinados com as suas Cargas em parte ou em todo para os sobreditos Portos e Costa. Medidas necessária pois “os únicos meios que nos restam para salvar esta importante porção da América Portuguesa, e de nociva e péssima que presentemente está sendo, faze-la útil e proveitosa aos leais Vassallos de Sua Majestade, e as interesses de sua Coroa...”⁴¹

Caminhos e descaminhos

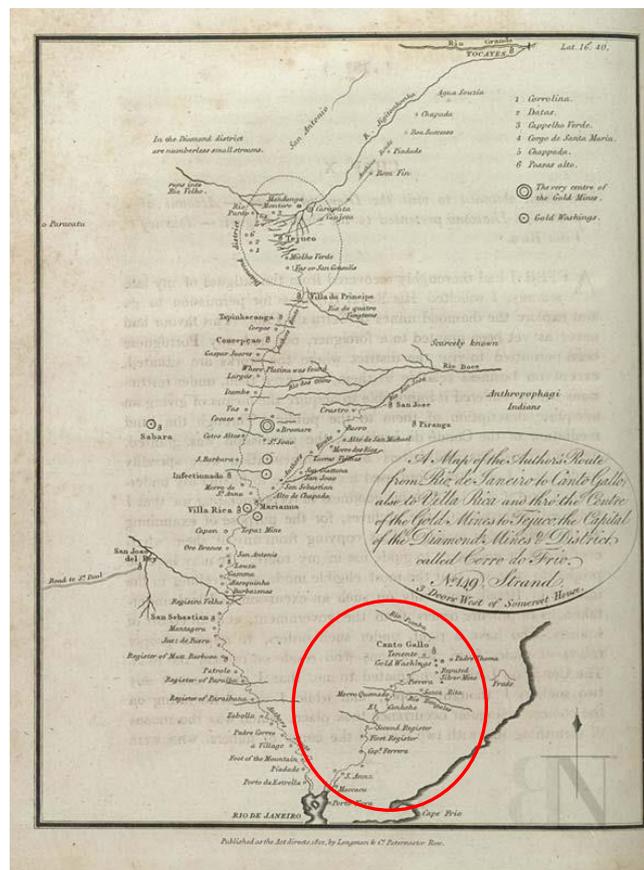
Os Sertões do Macacu se inserem no contexto do acesso a Minas Gerais. Luciane Cristina Scarato (2009, p.VII) apresenta como caminhos, “principalmente o Caminho Novo do Rio de Janeiro, o Caminho Velho de São Paulo e, ainda, o Distrito da Mantiqueira, no período que compreende os anos entre 1733 e 1783”, que visavam não apenas controle do extravio, mas trânsito de pessoas, artigos de lavoura e produtos diversos, estabelecendo-se uma via de comércio sob controle do Estado, para encurtar o tempo de viagem a Minas Gerais. Forma de baratear custos com fretes dos tropeiros, morte de muares, fugas de escravos e facilitar a ação das tropas militares. Segundo Scarato, (2009, p.VII) “o Caminho Velho foi a primeira via aberta oficialmente pela Coroa Portuguesa para ligar o litoral fluminense à região produtora de ouro no interior de Minas Gerais.” E acrescenta que “no século 17, o percurso de 710 km levava 60 dias para ser percorrido a cavalo por tropeiros que levavam e traziam mercadorias do porto de Paraty a Ouro Preto, então capital de Minas Gerais.(SCARATO, L.C., 2009, VII). Esse tempo de viagem tornava o acesso às Minas proibitivo. Antônio Gilberto Costa (2015, p.85) traz a alternativa essa longa viagem: o Caminho Novo do Rio de Janeiro para as minas. Sua abertura “tinha por objetivo a redução do tempo de duração das viagens até aquela região, por meio de uma ligação direta com a cidade do Rio de Janeiro,

⁴¹ Carta que veio da Corte dirigida ao Ilmo. e Exmo. Sr. Vice Rei deste Estado a respeito das Novas Minas de Macacu. 08 de janeiro de 1785. Correspondência e documentos relativos às novas minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente geral Manuel Pinto da Cunha e Souza. Rio de Janeiro: [s.n.], 1786 - 1790. 5 vol. (1338 p.), Cópia. Localização: Manuscritos - 09,03,017-021. (01, 113, 127)



sem a até então necessária passagem por São Paulo (...) substituindo o Caminho Velho ou Caminho Velho de São Paulo. (COSTA, A.G., 2015, p.85) Um outro caminho de acesso às Minas Gerais, por Macacu, pode ser observado em mapa de viagem de John Mawe.

MAPA 3 – Rota do Rio de Janeiro a Cantagalo⁴²



O mapa não mostra ligação entre Cantagalo e Minas Gerais, mas as fontes mostram que o “Caminho de Macacu” era usado para descaminhos, trânsitos comerciais e por tropas militares em estreita ligação com Minas Gerais. Em 1779, o vice-rei Luís de Vasconcelos e

⁴² A Map of the Author's route from Rio de Janeiro to Canto Gallo also to Villa Rica and thro' the centre of the Gold Mines to Tejuco, the Capital of the Diamond Mines & District called Cerro do Frio. - Escala [ca. 1:3 400 000]. - 1 mapa : água-forte, p&b ; 22,7x17,5 cm em folha de 27,5x20,1 cm. In: Travels in the Interior of Brazil, particularly in the Gold and Diamond Districts of that country by Authority of the Prince Regent of Portugal, including a voyage to the Rio de la Plata, and an Historical Sketch of the Revolution of Buenos Ayres / By John Mawe. - London : Printed for Longman [etc.], 1812. - [Mapa inserido entre as p. 136-137]. Disponível em: <http://purl.pt/103/1/catalogo-digital/registo/263/263.html> Acesso em 20 de junho de 2019.



SAPIENS -Revista de divulgação científica – UEMG CARANGOLA

v.1 n.02 – Outubro 2019

Sousa enviou ao então intendente geral do ouro, Manoel Pinto da Cunha e Souza, carta da Câmara da Vila de Santo Antônio de Sá, que mostra essa relação. Nela comenta sobre homens que “da borda do Campo donde assistiam, romperam o Sertão e passando o Rio Paraibuna procuraram as Aldeias que se acham nos Sertões do Macacu (...) donde se acham residindo pela notícia que geralmente corre da grande abundância de ouro que há naqueles Sertões...”⁴³

A citada “borda do Campo”, se constituía como ponto de parada do “Caminho Novo”, junto com “Frios, Marcos da Costa, Alferes, Pau Grande, Cabaru, rio Paraíba, rio Paraibuna, Simão Pereira, Matias Barbosa, Antônio de Araújo, José de Sousa, Tomé Correia, Azevedo, Manuel Correia, Manuel de Araújo, Senhor Bispo e Borda do Campo. (SCARATO, L.C., 2009, p..52). Já em carta de dezembro de 1785, dava Luís de Vasconcelos e Sousa ao governador de Minas Gerais, Luiz da Cunha Menezes, notícias a respeito das “entradas e comunicações clandestinas praticadas dessa para esta Capitania pelos matos e sertões.”⁴⁴ Esses intercâmbios com Minas Gerais as fontes da proposta de tese reforçam-se também através de trânsitos comerciais, como a aquisição de muares, conforme a “Relação de Tropas de Bestas, Escravos e mais pertences que acompanham as mesmas Tropas pertencentes a José Rodrigues da Cruz e José de Oliveira, que por Ordem do Ilmo. Exmo. Sr. Vice Rei vieram remetidas do caminho de Minas para serem ocupadas nos transportes das Minas novas do Canta Galo e chegaram a esta Vila no dia 10 de Fevereiro de 1787.”⁴⁵ O “Caminho de

⁴³ Carta do vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa ao intendente geral do ouro Manuel Pinto da Cunha e Souza. Rio de Janeiro, 29 de abril de 1779. Rio de Janeiro. Correspondência e documentos relativos às novas minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente geral Manuel Pinto da Cunha e Souza. Rio de Janeiro: [s.n.], 1786 - 1790. 5 vol. (1338 p.), Cópia. Localização: Manuscritos - 09,03,017-021. (01, 158, 147).

⁴⁴ Carta do vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa ao governador da capitania de Minas Gerais Luiz da Cunha Menezes. Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1785. Correspondência e documentos relativos às novas minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente geral Manuel Pinto da Cunha e Souza. Rio de Janeiro: [s.n.], 1786 - 1790. 5 vol. (1338 p.), Cópia. Localização: Manuscritos - 09,03,017-021. (01, 128, 132).

⁴⁵ Relação de Tropas de Bestas, Escravos e mais pertences que acompanham as mesmas Tropas pertencentes a José Rodrigues da Cruz e José de Oliveira, que por Ordem do Ilmo. Exmo. Sr. Vice Rei vieram remetidas do caminho de Minas para serem ocupadas nos transportes das Minas novas do Canta Galo e chegaram a esta Vila no dia 10 de Fevereiro de 1787. Correspondência e documentos relativos às novas minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente geral Manuel Pinto da Cunha e Souza. Rio de Janeiro: [s.n.], 1786 - 1790. 5 vol. (1338 p.), Cópia. Localização: Manuscritos - 09,03,017-021. (02, 321, 073).



SAPIENS -Revista de divulgação científica – UEMG CARANGOLA

v.1 n.02 – Outubro 2019

Macacu”, atualmente se apresenta de acordo com a imagem abaixo, se consolidou como via de acesso tanto aos Sertões do Macacu quanto às Minas Gerais.

IMAGEM 1 – o “Caminho de Macacu” (foto do autor)



O combate do tenente Faustino, os destinos da família de Luiz Francisco, a instalação de um novo caminho para as Minas não foram episódios limitados a um brejo ou uma trilha pelo meio dos matos para prender contrabandistas. Se trataram de eventos ocorridos em meio a questões políticas e econômicas da monarquia lusa na segunda metade do século XVIII, onde possuíram destaque várias questões: a associação às influências do pensamento ilustrado em Portugal com a reforma da Universidade de Coimbra em 1779; o incentivo a maiores conhecimentos científicos não descartados na “viradeira”, fase atribuída a D. Maria I como antítese ao pombalismo; a busca da racionalização do Estado que atravessaram governos de três vice-reis em particulares contextos de gestão. Essas e outras questões serão apresentadas quando da conclusão do trabalho de tese. Uma história que pretende transcender aos extensos limites desse “desconhecido, montuoso e emboscado” sertão do rio Macacu.

BIBLIOGRAFIA:

AMANTINO, Marcia. O mundo das feras: os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – Século XVIII. São Paulo: Annablume, 2008, p. 37-38

ISSN: 2596-156X



SAPIENS -Revista de divulgação científica – UEMG CARANGOLA

v.1 n.02 – Outubro 2019

BARTH, Fredrik. Anthrpological models and social reality. In: BARTH Fredrik. Process and form in social life. Londres: Routhlegde & Kegan Paul, 1981. v.1, p. 23.

_____, Fredrik. Scale and social organization. Oslo: Universities apud COSTA, Ana Paula Pereira. Corpos de ordenanças e chefias militares em Minas colonial: Vila Rica (1735-1777).Rio de Janeiro: FGV, 2014, p.27

CARVALHO, Sebastião Antônio Bastos de. A Odisseia de Mão de Luva na Região Serrana Fluminense. [1991] 2ª ed.. Nova Friburgo: Centro de Estudos e Pesquisas Euclides da Cunha – CEPEC, 2013

CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. A prática epistolar moderna e as cartas do vice-rei D. Luís de Almeida, o marques do Lavradio. Sentir, escrever e governar (1768-1779). São Paulo: Alameda, 2003, p.25.

_____, Adriana Angelita da. No vai e vem das cartas. A arte de governar da política colonial setecentista lusa através da epistolografia. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, Florianópolis: UFSC, 2006, p. 38-39.

COSTA, Antônio Gilberto. Registros do Caminho Novo para as minas de ouro nos mapas antigos. Atas do VI Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, 4 a 7 de Novembro de 2015. Braga, Portugal. trabalho associado ao Centro de Referência em Cartografia Histórica da UFMG Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/14302.pdf>. Acesso em 20 de junho de 2019.

ERTHAL, Rui. Scripta Nova. REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES. Universidad de Barcelona. Vol. X, núm. 218 (34), 1 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-34.htm>. Acesso em: 19 de maio de 2019.

FONSECA, Cláudia Damasceno. Arraiais e Vilas D'El Rei. Espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: UFMG, 2011.



SAPIENS -Revista de divulgação científica – UEMG CARANGOLA

v.1 n.02 – Outubro 2019

FRAGOSO, João, GUEDES, Roberto e JRAUSE, Thiago. A América portuguesa e os sistemas atlânticos na época moderna. Monarquia pluricontinental e Antigo Regime. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

_____, João. A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). In: Topoi, Rio de Janeiro, nº 1, pp. 45-122. (Id. pp.45-122)

_____, João. Monarquia pluricontinental, repúblicas e dimensões do poder no Antigo Regime nos trópicos: séculos XVI-XVII in, FRAGOSO, João e SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de (org). Monarquia pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso: séculos XVI – XVIII. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

HESPANHA, António Manuel. Governo, elites e competência social: sugestões para um entendimento renovado da história das elites. In: BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs). Modos de governar: ideias e práticas políticas no Império Português - séculos XVI a XIX. São Paulo: Alameda, 2005.

LEVI, Giovanni. A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Prefácio de Jacques Revel. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SCARATO, Luciane Cristina. Caminhos e descaminhos do ouro nas Minas Gerais: administração, territorialidade e cotidiano (1733-1783). Resumo. Dissertação de Mestrado. Campinas, SP : [s. n.], 2009. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/278772/1/Scarato_LucianeCristina_M.pdf. Acesso em 20 junho de 2019.

SILVA, Kalina Vanderlei. Nas solidões vastas e assustadoras: a conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII. Recife: Cepe, 2010.